

GEOGRAFIA E TRABALHO: uma leitura a partir das transformações territoriais

Alex Tristão de Santana¹

Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
santanageoufg@gmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça²

Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
mendoncaufg@gmail.com

Resumo: As transformações territoriais, provocadas pela reestruturação produtiva nas últimas décadas, têm promovido uma alteração na base territorial do capital e do trabalho. Neste contexto, o capital opera uma verdadeira ofensiva sobre a classe trabalhadora, no intuito de aumentar o controle social e legitimar suas ações de dominação. Isso nos coloca em alerta para perceber a dinâmica sócio-espacial, agora, hegemônica pela financeirização. É na apropriação do espaço, portanto na produção dos territórios, que vai ser possível compreender a *contradição viva*, materializada a partir da existência de altos padrões de produtividade, coabitados com a intensificação da degradação ambiental e da precarização do trabalho. Acreditamos que a investigação desse fenômeno nos mostra aspectos espaciais distintos da sociedade contemporânea, bem como, novas territorialidades na relação capital x trabalho, capazes de instrumentalizar os pesquisadores e trabalhadores numa reflexão rumo à ações políticas renovadas com o intuito de superar a sociedade capitalista.

Palavras-chave: Transformações territoriais. Reestruturação produtiva. Trabalho.

INTRODUÇÃO

Tomar o trabalho como categoria de análise na Geografia implica um esforço para superar dicotomias e fragmentações dentro das ciências humanas e sociais e a aproximação de uma abordagem interdisciplinar. Também atende à necessidade de, na atividade investigativa, considerar os sujeitos sociais, trabalhadores e trabalhadoras, como protagonistas e não apenas como coadjuvantes.

Sendo assim, importante se faz entender o trabalho em sua totalidade social, ou seja, a partir da relação dialética que une o ser social à natureza, e ontologicamente relacionado ao processo de humanização do homem (THOMAZ

¹ Mestrando em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão; Licenciado e Bacharel em Geografia/Campus Catalão/UFG; Membro do GETeM – Grupo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão.

² Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho/UNESP/Presidente Prudente. Membro do GETeM – Grupo de Estudos Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais/Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão.

JÚNIOR, 2002). Essa demarcação teórico-metodológica permite, por um lado, reconhecer o metabolismo do capital e seu sistema de regulação social, que subordina o trabalho e os trabalhadores ao seu processo de (re)produção. Por outro lado, permite perceber que o trabalho ainda é um elemento fundamental na sociedade, como produtor de valores de uso é intrínseco a vida humana, condição fundamental na relação do homem com a natureza. Por isso, precisa se emancipar das relações capitalistas de produção e das mais diversas formas de exploração com que o capital o subordina.

A reestruturação produtiva do capital desencadeada nas últimas décadas, tem provocado mudanças significativas na base territorial do capital e do trabalho, para o qual os desdobramentos são extremamente negativos. Percebe-se de forma mais generalizada o efeito do desemprego, da desterritorialização de milhares trabalhadores e famílias camponesas, da subcontratação e terceirização, da desregulamentação das leis trabalhistas, do aumento do trabalho precário, informal e sem carteira.

A análise do território, marcado pela *contradição viva*, pode mostrar a dimensão dos desdobramentos da crise do metabolismo do capital, marcada pela reestruturação produtiva e pela degradação crescente dos recursos naturais e das relações sociais de trabalho, que reflete diretamente na classe trabalhadora e em suas instâncias representativas. É com a análise do espaço e do território que será possível entender a dimensão e a envergadura dos desafios colocados para a classe trabalhadora no início do século XXI.

Uma leitura do trabalho que tome-o como categoria geográfica e a partir das já reconhecidas categorias geográficas (espaço, território, paisagem e outras) renova a importância dessa disciplina, que com esse esforço teórico-metodológico e seus possíveis resultados, se credencia a (re)pensar e (re)construir as ações políticas rumo à superação da sociedade capitalista. É isso o que nos propomos a realizar nas páginas seguintes.

ABORDAGENS SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

As transformações espaciais resultantes do processo de reestruturação produtiva do capital provocaram profundos (re)arranjos territoriais, com consequências político-econômicas significativas para os trabalhadores. O território, nesse contexto, é bruscamente alterado e redefinido. Isso coloca a necessidade de uma nova teorização sobre o seu conceito. E só a partir de uma melhor compreensão do território na atualidade, será possível perceber de forma clara as transformações no mundo do trabalho.

A noção de território foi durante muito tempo associada à de Estado-Nação, incorporada à Geografia pela concepção naturalista, sob forte influência do darwinismo, por exemplo, por Ratzel que associava a intensidade de poder dos Estados ao tamanho e aos recursos naturais de seus territórios. Atualmente, não é mais possível compreender o território apenas como base de sustentação do poder estatal. Uma das características fundamentais dos territórios é o crescente movimento de sobreposição, proporcionado pelos aspectos imateriais das comunicações e das redes.

Muitos teóricos, dentre eles Santos (1994), chamam a atenção para revisão da noção de território herdada da Modernidade, pois conforme o autor, “[...] caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território.” (SANTOS, 1994, p. 15).

Ao se referir a relação entre território e Estado, Santos (1994) é categórico. “O território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território.” (SANTOS, 1994, p. 15).

Se o Estado territorial, logo, o território possuía um aspecto predominantemente exclusivo, hoje o poder político e econômico se transformou e a dimensão simbólica adquire importância. Raffestin (1993) contribui com o debate ao apontar a necessidade de compreender o território a partir das relações sociais, permeadas pelas relações de poder e de se fazer distinção entre os conceitos de espaço e de território “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço.” (RAFFESTIN, 1993, p. 143, grifos do autor).

Raffestin (1993), em sua abordagem relacional, de acordo com a perspectiva crítica, mostra que, portanto, o território, “[...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O trabalho, nesse sentido, é fundamental para a apropriação do espaço, ou seja, para a produção de territórios, conforme levantado por Raffestin (1993), e em momento de reestruturação produtiva, a relação capital x trabalho sofre profundas alterações. O capital, além de subordinar a capacidade produtiva do trabalho, redefine

profundamente a correlação de força com os trabalhadores através das novas tecnologias inseridas nos processos produtivos, que contribuem para eliminar crescentemente o trabalho vivo e diminuir o controle da produção pelo trabalhador e da implantação das novas técnicas de gestão da produção, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), que visam buscar maior envolvimento dos trabalhadores na lógica produtiva, sobretudo, ao associar essa estratégia a uma nova política de remuneração do trabalho, com, por exemplo, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Assim, na nova forma de territorialização, na relação capital x trabalho, o capital tem um maior controle social do trabalhador e promove, com novas estratégias, o enfraquecimento de suas instâncias representativas.

Quando Raffestin (1993) fala de territorialização abstrata por meio da representação e da projeção de informação sobre o espaço indica a existência de aspectos imateriais no território. O autor diz que “[...] Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação [...] mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.” (Raffestin, 1993, p. 144). Assim, fica mais fácil entender como as novas estratégias do capital capturam a subjetividade do trabalhador, uma vez que eles estão diretamente inseridos no seu território.

Como, de acordo com Raffestin (1993), tanto a apropriação concreta quanto a abstrata se dão por meio do trabalho, é importante pensar o território a partir de outras bases teórico-metodológicas, que considerem o trabalho como categoria geográfica. Nessa perspectiva o território expressa, sobretudo, relações de poder e pode ser construído de forma individual, estatal até no contexto das grandes corporações transnacionais.

Diante de tantas e tão profundas transformações espaciais, outra abordagem sobre o território que merece destaque é a de Haesbaert (2004), que contrapõe-se aos teóricos que pregam a desterritorialização, ou o fim dos territórios. Para o autor, cada leitura do território mostra uma concepção prévia dele. E essas concepções de território são marcadas por uma dicotomização. Geralmente o que se vê é uma polarização entre os aspectos materialistas, em que o território é caracterizado por elementos físico-materiais, e os idealistas, que define o território pelo seu valor simbólico.

Haesbaert (2004) destaca três vertentes básicas nas concepções de território: a política, em que o território é caracterizado como um espaço delimitado e controlado através do poder, geralmente o do Estado; a cultural, que prioriza a dimensão simbólica e na qual o território é visto como o produto da apropriação/valorização

simbólica do grupo e a econômica, que privilegia a dimensão das relações espaciais e econômicas e compreende o território como fonte de recursos, no embate entre classes sociais e na relação capital x trabalho.

Contrário às dicotomizações, Haesbaert busca uma visão integradora de território. A idéia do autor é “[...] superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações.” (HAESBAERT, 2004, p. 42, grifos do autor)

Para Haesbaert (2004) essa visão integradora de território só pode ser alcançada com uma visão híbrida de espaço geográfico que seria a fusão entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura e entre materialidade e “idealidade”, marcada por uma nova interação tempo-espaço. O território, assim, “[...] pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Haesbaert (2004) propõe a predominância, na contemporaneidade, da multiterritorialidade, em vez da desterritorialização, propriamente dita, que estaria sendo causada pelas redes de comunicação instantânea. Ao contrário, para Haesbaert (2004), essas redes são território: “[...] com uma maior carga imaterial, [...] as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização (e não simplesmente de desterritorialização), configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica.” (HAESBAERT, 2004, p. 281, grifos do autor).

Dessa forma, a multiterritorialidade seria

[...] a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização. Ela é consequência direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais de territórios-zona, que marcaram aquilo que podemos denominar modernidade clássica territorial-estatal. O que não quer dizer, em hipótese alguma, que essas formas mais antigas de territórios não continuem presentes, formando um amálgama complexo com as novas modalidades de organização territorial. (HAESBAERT, 2004, p. 338, grifos do autor).

Haesbaert (2004) identifica ainda quatro formas de territorialização que marcam a multiterritorialidade: as territorializações mais fechadas, nas quais pouco, ou nada, se admite de pluralidade de poderes e identidades; as territorializações tradicionais, que não admitem sobreposições de jurisdições e são caracterizadas pela homogeneidade interna, como os Estados-Nações; as territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição ou a multifuncionalidade territorial, como acontece nas grandes cidades com o uso temporário dos territórios e as territorializações efetivamente múltiplas, resultantes da combinação de controles, funções e simbolizações concretizadas nos territórios pessoais de alguns indivíduos ou grupos.

Essa multiplicidade de territórios se dá mediante o papel crescente das redes na reprodução da sociedade contemporânea que permitem interligar as diferentes formas de relações sociais. Outra característica desse processo, destacada por Haesbaert (2004), é a “glocalização”, situação que ocorre a partir de uma nova relação dialética entre o local e global, na qual os lugares não podem mais ser reconhecidos como locais ou globais, mas sim pela combinação dos dois processos.

Diante dessa nova lógica do território, Santos (1994) ressalta que o importante nesse momento é compreender o território enquanto “território usado”, que comporta uma dialética marcada por um conflito entre um espaço local, vivido por todos, e um espaço global, “[...] habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los [...]” (SANTOS, 1994, p. 18).

Sendo assim, percebe-se que a análise do território na contemporaneidade pode auxiliar, significativamente, a compreensão da nova lógica do capital transnacional e os rebatimentos dessa nova lógica para os trabalhadores, suas organizações políticas e ações contra as novas investidas do capital. A leitura do território é fundamental para se pensar as transformações na relação capital x trabalho provocadas pelo processo de reestruturação produtiva. É o que se pretende fazer a seguir.

TERRITÓRIO E RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO

A nova realidade do território, marcado por multiplicidade, sobreposição, fluidez e possibilidades criadas pelo crescente papel das redes na sociedade contemporânea, provoca profundas transformações na relação homem e natureza e no conteúdo do trabalho.

Segundo Mendonça (2004, p. 140) “pensar geograficamente a relação metabólica entre o homem e a natureza e suas configurações territoriais significa perceber novas sociabilidades construídas a partir da relação capital x trabalho [...]” Então, uma leitura geográfica da sociedade não pode desconsiderar o processo de reestruturação produtiva do capital. Com início no final do século XX, esse fenômeno alterou profundamente a dinâmica espacial, nas relações de produção, (re)produção e acumulação capitalista, com desdobramentos territoriais que marcam uma nova fase de maior controle do capital sobre o trabalho. Suas consequências têm sido negativas para os trabalhadores, para o movimento sindical e social como um todo.

O processo de reestruturação produtiva é marcado pela crise do padrão de acumulação, que levou o capital a implementar novas ações. Destaca-se aqui a mundialização e a transnacionalização das empresas, possibilitando aos capitalistas colocar em concorrência os preços da força de trabalho de diversas partes do mundo, seja através dos investimentos diretos ou pela via da terceirização (CHESNAIS, 1996). Outra característica desse momento é a financeirização da economia, em que a (re)produção do capital encerra uma fase de industrialização planetária, se desloca da forma clássica operário-fabril, se diversifica e passa a incorporar todo tipo de excedente (MOREIRA, 2003).

Para Antunes (1999) o metabolismo social do capital, neste momento, é marcado por uma crescente destrutividade, tendo em vista que está sendo operada pelo capital uma verdadeira separação entre a produção voltada exclusivamente para suprir as necessidades da humanidade e aquela voltada para suprir suas próprias necessidades. Assim, converte-se a concorrência e a produtividade em um processo destrutivo e de precarização do trabalho, degradação ambiental e aumento do desemprego.

Quanto mais aumentam a competição e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 1999, p. 26).

Esse processo traz diferentes consequência para os trabalhadores. Por um lado, diminui-se o operariado industrial tradicional da fábrica fordista, o trabalhador estável. Por outro, aumenta-se o trabalho subcontratado, terceirizado e o assalariamento do

setor de serviços, a incorporação do trabalho feminino e a exclusão dos mais jovens e mais velhos do mercado de trabalho (ANTUNES, 1995).

Para Antunes (1999) essas mudanças no mundo do trabalho são uma resposta do capital à *sua crise estrutural*. Particularmente após a crise de 1970, a intensificação das transformações nos processos produtivos, por meio do avanço tecnológico, as novas formas de gestão do trabalho e os modelos concorrentes ao taylorismo/fordismo, como o toyotismo, marcam o que Harvey (1996) caracterizou por “acumulação flexível”.

Ao analisar essa situação a partir da perspectiva da Geografia do trabalho, Thomaz Júnior (2002) demonstra a ferocidade da espacialização da reestruturação produtiva sobre a classe trabalhadora. Ela se manifesta de várias formas: pela intensificação das transferências de atividades produtivas, pelas mudanças implementadas para adequar a participação da rede de fornecedores à nova territorialidade da produção/distribuição/consumo e pelo deslocamento e/ou “desconcentração geográfica” industrial, que repercute diretamente sobre os trabalhadores e suas instituições político-representativas.

Segundo Thomaz Júnior (2002) a reorganização espacial do parque fabril, promovida pela reestruturação produtiva e propiciada pelo avanço do meio-técnico-científico-informacional e pela articulação territorial das empresas através das redes, teve um duplo resultado. Por um lado, promoveu o processo de produção capitalista, mas, por outro, capturou a subjetividade operária ao implementar a flexibilização e a multifuncionalidade do trabalho.

Nesse contexto, os rebatimentos para a classe trabalhadora são os mais negativos e produzem, no espaço resultados diferenciados. Para Thomaz Júnior (2002), o estigma de subordinado e dependente enquadra o Brasil numa condição subalterna. Em linhas gerais o autor aponta o seguinte:

- 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, “terceirizado”; 4) verificou-se também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, sub-contratado, *part-time*, etc.; 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do

mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 7)

Thomaz Júnior (2002) ainda ressalta que o processo de reestruturação produtiva no Brasil repercute, de forma crescente, no alargamento do setor informal. Situam-se aqui trabalhadores empregados e desempregados, mas sua atuação não se dá de forma autônoma como antes. “[...] Ao contrário, essa autonomia é quebrada e gradualmente cede ao comando do capital que faz com que seu circuito se realize dentro dos marcos do circuito capitalista de produção, diretamente ligado e subordinado ao setor formal [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 07). Do trabalho domiciliar à camelotagem, é possível perceber que a informalidade se ampliou e complexificou mas se encontra vinculada às novas formas de organização da produção.

Cresce também a ofensiva do capital sobre os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores. Tendo como agente o Estado, o capital tenta burlar a legislação e até modificá-la para flexibilizar o trabalho, em nome da “geração de empregos”. Podemos citar, por exemplo, o aumento da terceirização, que implica na diferenciação salarial e na perda de direitos conquistados; a implementação do banco de horas, que flexibiliza o horário de trabalho, permitindo às empresas aumentar a jornada em momentos de demanda de mercado, sem pagar horas-extras etc.

Todas essas transformações no espaço geográfico mostram como o capital ampliou efetivamente suas relações sociais de produção, agora, sobretudo, fundamentado em outras bases de regulação e controle social sobre o trabalho que vão além do mundo fabril. É nesse sentido que Antunes (1995) diz que está em processo um fenômeno no mundo do trabalho de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora.

Thomaz Júnior (2002) argumenta que não é mais possível compreender a classe trabalhadora a partir do “chão de fábrica”, tendo como referência o regime de acumulação fundamentado no fordismo/taylorismo. Para o autor, na atualidade é preciso considerar como parte integrante do mundo do trabalho:

[...] a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; b) aqueles que mesmo se garantindo com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por

terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescados, etc. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 9)

Diante dessa definição de classe trabalhadora é possível perceber a complexidade da malha social que reflete o espaço geográfico de nosso tempo. Será a partir da análise do movimento de (des)territorialização que será possível perceber o significado dos fenômenos nos lugares, as condições de (re)produção das relações capitalistas e a relação capital x trabalho na atualidade, com seus limites e contradições (Thomaz Júnior, 2002).

Mendonça (2004), por compreender o território a partir de um enfoque no capital e no trabalho, argumenta que, para responder à sua crise, o capital reelaborou suas estratégias de organização, implementou mudanças na esfera financeira e produtiva e reorganizou seu sistema político e ideológico, reconstruindo suas bases territoriais e de poder.

[...] As novas formas de gestão, a desregulamentação das leis trabalhistas e o surgimento de novas categorias de trabalhadores acarretaram mudanças no conteúdo do território, da relação cidade-campo e, conseqüentemente, na composição da classe trabalhadora e na ação política desses trabalhadores. Essa constatação levou grande parcela do movimento sindical a elaborar pautas reivindicatórias apenas para a manutenção dos direitos historicamente adquiridos pelos trabalhadores, sem, no entanto, refletir sobre a necessidade de pensar estratégias – pela classe trabalhadora metamorfoseada – para superar e/ou apontar alternativas concretas de lutas rumo a uma *nova sociedade*, para além da sociedade do capital. (MENDONÇA, 2004, p. 142, grifos do autor).

A partir da década de (19)90 é possível perceber no Brasil como é emblemático para a classe trabalhadora o processo de reestruturação produtiva. Grande parte do movimento sindical que surgiu no final da década de (19)70 e início da década de (19)80, responsável por avanços significativos na organização dos trabalhadores, é solapado no decorrer da década de (19)90. De uma política que questionava as contradições da economia capitalista, que lutava por avanços e maiores garantias na legislação trabalhista no país, o movimento sindical brasileiro neste período é marcado por uma estratégia de consenso com o capital, da qual o sindicalismo de resultados da Força Sindical e as “Câmaras Setoriais” implementadas pelos sindicatos filiados à CUT no ABC Paulista são os melhores exemplos. (ANTUNES, 1995; SOARES, 1998).

Tomando-se como referência a compreensão do território a partir do capital e do trabalho e seus aspectos relacionais (constituído por relações sociais e de poder), bem como, o processo de apropriação do espaço, é possível constatar o fenômeno de alienação e estranhamento do trabalho como elemento fundamental da hegemonia de classe. Para Thomaz Júnior (2002) a configuração territorial, que expressa a relação capital x trabalho na atualidade, aliena o trabalhador não só do produto de seu trabalho, como também de sua identidade de classe. A gestão do capital sobre o território faz com que o território seja entendido no limite e na abrangência da estrutura empresarial, enquanto, o trabalhador (alienado) se enxerga enquanto tal só no limite da divisão social e técnica do trabalho e, conseqüentemente, no enquadramento corporativo estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que repercute diretamente na existência dos sindicatos.

Nesse sentido, é importante considerar que a reestruturação produtiva marca uma etapa em que o capital busca exercer maior controle social sobre o trabalho. Bihr (1998, p. 83), por exemplo, que estudou a crise do movimento operário europeu no final do século XX, diz que “[...] a partir do início da crise, e mais particularmente, a partir do final da década de 19(70), temos assistido a uma fragmentação crescente do proletariado ocidental, que tende a paralisá-lo enquanto força social.”

Contraditoriamente, o capital, que pode, através do avanço tecnológico e informacional, ampliar as capacidades humanas, faz expandir o fenômeno de estranhamento, eliminando o trabalho vivo, intensificando a produtividade, ampliando o processo de terceirização e subproletarização e diminuindo o controle dos trabalhadores dos processos produtivos. Ainda assim, é importante ressaltar que o capital não opera o estranhamento e a alienação do trabalhador apenas dentro do espaço da produção, ele também o faz no espaço do consumo, na esfera da vida fora do trabalho, submetendo os trabalhadores e seu tempo livre aos valores do capital e aos princípios do consumo de mercadorias (ANTUNES, 1999).

Uma leitura do território que busque compreender a complexidade da sociedade contemporânea e a territorialidade da relação capital x trabalho deve perceber as diversas formas assumidas pelo trabalho na contemporaneidade enquanto desdobramento do movimento de (re)produção do capital e *desvendar* que, apesar de *fragmentado, complexificado e heterogeneizado*, o trabalho constitui-se ainda elemento fundamental para a humanidade. Mendonça (2007), nesse contexto, coloca a necessidade de uma relação da Geografia com o trabalho e com as possibilidades criadoras, emanadas dos movimentos

sociais. É a partir da *contradição viva* (territorializada mediante os elevados índices de produtividade e, paralelamente, aos impactos sócio-ambientais e à degradação das relações sociais de trabalho) que será possível perceber a apropriação do espaço, portanto, a produção dos territórios e a resistência dos trabalhadores.

Nesse cenário, no que se refere à (re)territorialização dos trabalhadores, as pesquisas constataam que os segmentos mais qualificados e intelectualizados da classe trabalhadora, que atuam nos setores de tecnologia de ponta, se encontram mergulhados num intenso processo de manipulação no interior do espaço produtivo. Sujeitos aos novos métodos de gestão implementados pelo toyotismo, a participação dos trabalhadores se dá através de “parceria” com a empresa, enquanto seu *saber fazer* é apropriado. Os trabalhadores estáveis, herança do regime fordista, ameaçados pela eliminação do trabalho vivo, pelo crescente processo de terceirização e fragmentação, se vêem desmobilizados e desarticulados pelas fissuras na subjetividade da consciência de classe. Na maioria, pautam suas lutas na manutenção dos direitos trabalhistas já conquistados e/ou tentam negociar o processo de reestruturação, as demissões e os reajustes e novos ganhos salariais.

Contrariamente, é importante ressaltar que os trabalhadores que vivenciam os diversos estágios da subproletarização, os desempregados, os excluídos e expulsos do trabalho são os sujeitos com maior potencial de estabelecer as ações anticapitalistas mais ousadas. Além disso, destaca-se o protagonismo dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento Camponês Popular (MCP) – nascido de um racha interno no antigo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – na luta pela emancipação social.

Thomaz Júnior (2002, p. 14) chama a atenção para necessidade de observar os diferentes elementos e perfis dos segmentos que compõem, hoje, a classe trabalhadora. Ou seja, “[...] as características espaciais desse processo, que revela um novo universo das confrontações contra a lógica destrutiva do capital e particularmente a tradução disso em ações concretas e os conteúdos tático-estratégicos específicos, é o que vai nos permitir entender a dinâmica territorial da relação capital-trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes [...]”

Compreender os (re)arranjos territoriais a partir do capital e do trabalho requer considerar as diversas formas assumidas pelo trabalho na atualidade como desdobramento intrínseco do movimento de reestruturação produtiva. É a análise do território que vai nos permitir entender as diversas territorialidades emanadas da relação

capital x trabalho, capazes de instrumentalizar pesquisadores e trabalhadores a superar a sociabilidade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea, movida pelo metabolismo social do capital, se vê frente a mudanças significativas em sua forma de produzir, em sua relação com a natureza, em suas relações sociais. Os desdobramentos espaciais dessa dinâmica, marcada por uma “lógica destrutiva”, nos coloca em alerta para compreender os impactos desse fenômeno nos territórios.

Para os geógrafos, a compreensão do espaço não pode se dar de forma isolada da relação existente entre os recursos naturais e as necessidades humanas. O capital quando altera essa relação, com o intuito de manter sua regulação social e sua lógica (re)produtiva, também transforma todo o conjunto das relações sociais e, conseqüentemente, o mundo do trabalho.

Portanto, será a leitura do ordenamento territorial resultante desse processo que nos permitirá compreender o metabolismo social do capital, marcado pelo processo de reestruturação produtiva e por uma crescente degradação ambiental e precarização das relações de trabalho. Por isso, se torna fundamental realizar uma leitura do território a partir da *contradição viva*.

Nesse sentido, a compreensão das transformações espaciais nos permitirá perceber os reflexos da crise estrutural do capital, marcada por uma verdadeira ofensiva sobre o mundo do trabalho. Como desdobramento, é possível identificar a desregulamentação e a flexibilização da legislação trabalhista, o desemprego estrutural, a subproletarização/terceirização, o trabalho precário (que se manifesta em várias partes, como o trabalho imigrante, domiciliar, informal, em tempo parcial, sem carteira e registro de trabalho) e a grave crise do movimento operário e das entidades representativas da classe trabalhadora (sindicatos, partidos políticos, associações etc.).

Então coloca-se como necessidade premente compreender os rebatimentos territoriais do processo de reestruturação produtiva sobre a classe trabalhadora. Somente assim será possível (re)pensar e (re)inventar ações políticas, bem como, novas formas de se buscar a emancipação social. *Eis o desafio*.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. 365 p.

_____. **Dimensões da globalização**. Londrina: Praxis, 2001. 222 p.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. Campinas: Cortez, 1995. 200 p.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. 258 p.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. 527 p.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998. 287 p.

BOTELHO, Adriano. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 15, p. 55-64. 2002.

_____. **Do fordismo à produção flexível**: A produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. 2000. 148 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução S. F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. **Apostila de normalização documentária**: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. 2006, 31 p.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do estado**, São Paulo: Escala. 190 p. (Coleção grandes obras do pensamento universal).

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Tradução A. R. Viana e S. G. de Paula. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 395 p.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996. 349 p.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 460 p.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 231p.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução, elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 2000. 108 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2001. 131p.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2004.

MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira. **A reestruturação industrial e espacial do estado do Rio de Janeiro**. Niterói, NERET/NEGT/GECCEL – UFF. 07-28, 2003.

_____. **O movimento operário e questão cidade campo no Brasil**: estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis: Vozes, 1985. 195 p.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. Tradução W. C. Brant. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução M. C. França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SANTANA, Alex Tristão de; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *Mitsubishi Motors em Catalão (GO): um olhar sobre as relações sociais de trabalho*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIV, 16 a 21 de julho, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: AGB, 2006a. 1 CD ROM. 1 – 13.

SANTANA, Alex Tristão de; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Territórios em disputa: *A Mitsubishi Motors Company e o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão-Goiás-Brasil- rumo a unicidade orgânica do trabalho*. In: VII CONGRESO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL-LA CUESTIÓN RURAL EN AMÉRICA LATINA-EXCLUSIÓN Y RESISTENCIA SOCIAL, 20-25 de novembro, Quito. **Anais...** Quito: ALASRU, 2006b. 1 CD-ROM. p. 1 – 20.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 308 p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994b. p. 15-20.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FREITAS, Nara Eugênia de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisas, monografias, dissertações e teses. 4. ed. Uberlândia (MG): Edufu, 2004. 157 p.

SOARES, José de Lima. **Sindicalismo no ABC Paulista**: Reestruturação produtiva e parcerias. Brasília, DF. Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998. 356 p.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 2009. 500 f. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2009.

_____. Por uma geografia do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente (SP), v. 3, Número Especial, p. 4-26, ago. 2002.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura geográfica'. **Revista Pegada**. Presidente Prudente (SP), v. 3, 20 p. out. 2002. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/cegete/pegada/>>. Acesso em: 10 dez. 2005.